

# MPF pode intervir na obra de contenção da Treze

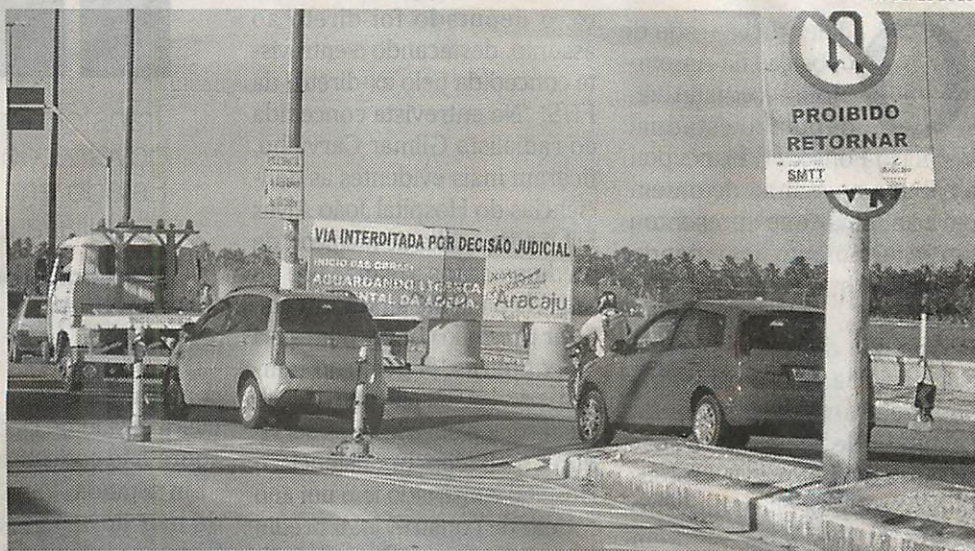
Se for constatado que obra será feita dentro do rio, questão será na Justiça Federal

DIÓGENES DIACS

Aline Bittencourt

A polêmica sobre a obra de contenção do avanço do rio Sergipe num trecho da Avenida Beira Mar, do Bairro 13 de julho continua. Agora, de acordo com a Procuradoria da República, a situação pode ser levada à esfera federal. É que uma perícia foi realizada pelo corpo técnico do Ministério Público Federal (MPF) para verificar se a obra será realizada, efetivamente, dentro do rio Sergipe. “Se for caracterizada essa situação, no nosso entendimento, a questão deve ser tratada no foro adequado que seria a da Justiça Federal, já que o rio é de administração do MPF”, afirma o procurador da República, Rômulo Almeida.

Nessa segunda-feira, 21, a Justiça de Sergipe determinou o início das obras e a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) começou a colocar as máquinas no local. Mas, para o Ministério Público Estadual, é preciso evitar gastos desnecessários com o dinheiro público, pois há a possibilidade da obra ser inter-



■ Trecho da avenida Beira Mar foi interditado por determinação da Justiça de Sergipe

rompida ou não ser viável ambientalmente.

## • Impacto ambiental

O procedimento de avaliação de riscos nesta área existe desde 2010 no MPE, inclusive, com uma recomendação do poder público municipal no ano passado e por conta disso, a instituição garante que houve tempo suficiente para o estudo do impacto ambiental, mas conclui que até agora não foi concluído.

O secretário do Meio Ambiente de Aracaju, Eduardo Matos, diz que já entregou à Justiça um relatório preliminar com estudos sobre os impactos ambientais da obra na 13 de julho e explicou que a análise completa deve ficar pronta antes da conclusão da obra. Por sua vez, o assessor de comunicação da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb), Ademar Queiroz, diz que começou a levar hoje materiais e máquinas para o local. “Para a engenharia a obra já começou”, finaliza.

## • Relembre

Em abril deste ano, a PMA havia solicitado a Administração do Meio Ambiente (Adema) uma autorização para realizar a obra na balaustrada daquela via. Como o órgão negou o pedido, justificando que não havia necessidade para tal empreendimento, a Prefeitura decidiu então levar o caso ao Ministério Público do Estado.

Com isso, o MPE impetrou uma ação para o fechamento parcial da via que aconteceu em maio deste ano, por decisão da juíza Simone Fraga. Nesse período, a Prefeitura de Aracaju já tinha um projeto pronto para a solução do problema, só que a Adema voltou a intervir, exigindo um laudo de impacto ambiental para que a obra fosse realizada.

A PMA informa que o estudo pedido pela Adema deverá ser realizado paralelamente às obras paliativas.



**JUSTIÇA DE SERGIPE DETERMINOU O INÍCIO DAS OBRAS E A PMA COMEÇOU A COLOCAR AS MÁQUINAS NO LOCAL**



COORDENAÇÃO DE JORNALISMO  
COORDENADORIA DE JORNALISMO  
COORDENADORIA DE JORNALISMO

# Manuscrito para publicação

Nome do autor: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Resumo do trabalho: \_\_\_\_\_  
Título: \_\_\_\_\_  
Assunto: \_\_\_\_\_  
Palavras-chave: \_\_\_\_\_



Assinatura: \_\_\_\_\_

Este documento é propriedade da Coordenação de Jornalismo e não deve ser reproduzido sem a devida autorização.